

# A Confissão do Erro

13. IX. 95

Pretende o Governo do Estado criar uma taxa de 10% sobre todos os impostos, excetuado o de exportação, a fim de ocorrer ao prosseguimento do plano de eletrificação. Como é natural, a isto se opõem as classes produtoras, já tão sobrecarregadas de onus fiscaes. Única justificação do Poder Executivo para o escorchante expediente, é não haver outra solução para o caso.

É possível que, dentro do sistema adotado, nenhuma outra saída haja, senão sobrecoarregar o estenuado contribuinte. Mas o erro é do sistema e foi com larga antecedência previsto. A todas as luzes evidente era que a economia nacional, tão pobre, e hoje tão empobrecida por anos seguidos de dilapidações, extorsões e gastos suntuários, não teria recursos para obra de tamanho vulto. Indispensável seria recorrer ao capital estrangeiro, isto é, aos excedentes do trabalho alheio, já que minguaado era o nosso e assim será ainda por muitos anos. Debalde se fez a advertência; debalde se apontou o exemplo dos Estados-Unidos, que só recentemente passaram de país devedor a país credor, e cujo assombroso desenvolvimento econômico se deve ao abundante concurso do capital estrangeiro. Estávamos ainda em pleno nativismo, ressuscitado e revigorado pelo Estado Novo. Os estadistas por este impovisados a nada quiseram atender senão aos interesses da sua

demagogia. Haveria de pedir recursos ao estrangeiro o regime providencial que fizera o milagre de transformar o Brasil?

Este foi o erro essencial e imperdoável do sr. Walter Jobim, como secretário das Obras Públicas. Subordinou os interesses de uma obra verdadeiramente grandiosa, às conveniências demagógicas da Ditadura. Com este erro comprometido, dele não pôde ou não quis libertar-se mais tarde, como candidato ao governo e, finalmente, governador.

A onerosa taxa que agora se quer criar — aliás imposto e não taxa, já que não se destina à remuneração de um serviço — a onerosa taxa agora proposta é a confissão plena de que razão assistia a quantos preconizavam, de início, o recurso ao capital estrangeiro, pois tal imposto se destina, em boa parte, a garantir um empréstimo no Exterior, para aquisição do necessário equipamento. Mas a confissão não remedia o erro e, ainda menos, autoriza que nele se persista.

Não há outro remédio, diz o Governo, sem bater no peito, como seria necessário. Mas não o haverá realmente? Não será tempo ainda de mudar de rumo, se errado está o rumo até agora seguido? Esta é a questão que deveriam propor as classes produtoras, antes de se entregarem ao sacrifício.